



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 006/2019, QUE TRATA SOBRE O ENVIO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NA FORMA DO SISTEMA DE MALOTE DIGITAL. (SEI 04035/2019)

A **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Lote 14, Bloco H, Edifício Cleto Meirelles, Brasília/DF, CNPJ nº 00.375.114/0001-16, neste ato representado por sua Secretária-Geral Executiva, Defensora Pública Federal **LIANA LIDIANE PACHECO DANI**, RG nº 1.874.619 SSP-DF e CPF nº 715.752.511-91, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE** firmar o presente **TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 006/2019**, celebrado entre o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Superior Tribunal Militar, observando o cumprimento dos seguintes critérios e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a adesão da Defensoria Pública da União ao Sistema de Malote Digital, que abrange órgãos e entidades dos três Poderes da Administração Pública Federal, com vistas ao envio de informações na forma digital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente instrumento é celebrado a título gratuito, não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os PARTICIPES.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS DIREITOS E DEVERES

A assinatura do presente Termo de Adesão implica a assunção de todos os direitos e deveres previstos no Acordo de Cooperação Técnica nº 006/2019, incluídas eventuais alterações, que instituíram o Sistema de Malote Digital.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Termo de Adesão se inicia a partir de sua assinatura e perdurará até vencimento do Acordo de Cooperação Técnica nº 006/2019, ao qual é vinculado.

E por estar assim de pleno acordo, assina a Defensoria Pública da União o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Defensora Pública Federal **LIANA LIDIANE PACHECO DANI**

Secretária-Geral Executiva da Defensoria Pública da União



Documento assinado eletronicamente por **Liana Lidiane Pacheco Dani, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1007705** e o código CRC **480E2D13**.